

LIVROS E LEITORES NO BRASIL MONÁRQUICO

Nanci Leonzo

“Entre quase todos os povos civilizados a biblioteca, ou mais castiçamente a estante de livros cheia deles, é em uma casa de família um móvel tão indispensável como o guarda-roupa; entre nós, contam-se as casas, a não ser a de algum médico que tem os seus livros de medicina e a de algum advogado que tem os seus livros de direito, que possuem meia dúzia de volumes”.

Este perspicaz texto de José Veríssimo, onde é acentuado o menosprezo que os brasileiros davam, no final do século XIX, aos livros, delineou nossa abordagem. Não desejávamos escrever somente sobre livros e autores de renome como procederam, até hoje, a maior parte dos estudiosos. Foi e continua sendo também o nosso objeto de pesquisa o leitor e suas escolhas literárias, as bibliotecas públicas e privadas e os catálogos editados pelas principais editoras do país. Procuramos pois conhecer e vincular, na medida do possível, isto é, tendo em vista o estágio atual das investigações sobre a temática, livros e leitores. Entendemos, em síntese, que os primeiros só se justificam pela existência e conseqüente aceite ou repúdio dos segundos.

Em um encontro internacional promovido em 1980 pela Universidade de Brasília discutiu-se, com rigorosos critérios e, principalmente, sem fervores ideológicos, a atualidade da obra de Gilberto Freyre. Foi este incansável estudioso da realidade brasileira quem nos forneceu parte do material documentário necessário para a redação deste texto. Referimo-nos, em particular, aos depoimentos de brasileiros nascidos entre 1850 e 1900, todos da “alta e média burguesia”, contidos nos dois volumes de *Ordem e Progresso* (1957), o terceiro de uma “série de estudos” centralizada na interpretação da sociedade patriarcal do Brasil, “série” esta iniciada com a publicação de *Casa-Grande & Senzala* (1933) e continuada com a de *Sobrados e Mucambos* (1936). Buscamos nestes depoimentos detectar as leituras feitas “fora da escola” e que, apesar desta característica, profunda impressão causaram aos seus leitores. Sem o inquérito

“antropológico e sociológico” realizado por Gilberto Freyre possivelmente quase nada saberíamos sobre as preferências dos poucos leitores brasileiros da segunda metade do século XIX. Esta constatação permite, por si só, referendar a já consagrada atualidade do renomado cientista social.

Quase todos os jovens nascidos após a década de 1870 deliciaram-se com os romances de Júlio Verne. José Antônio da Silveira (Pernambuco, 1884) foi categórico: “Li todos os livros de Júlio Verne e depois os de Samuel Smiles”. A ambos atribui muita influência na formação do seu caráter. Alguns mestres incentivavam estas leituras segundo revelações de Amílcar Botelho de Magalhães (Rio de Janeiro, 1880), aluno do Ateneu Brasileiro. Neste estabelecimento escolar eram lidos, durante as “lições de Humanidades” trechos dos livros de Smiles, tais como de **O Carater e Poder da Vontade**. Na fase adulta, paralelamente aos compêndios acadêmicos, manusearam revistas internacionais e habituaram-se a ter em mãos os principais jornais da época. Nestes, homens e mulheres acompanharam as suscintas descrições dos acontecimentos internacionais, o desenrolar da atribulada política nacional, bem como as tramas que caracterizavam os folhetins.

Os portugueses Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão foram, ao lado do poeta brasileiro Olavo Bilac, os ídolos do fim do século. O depoente Otávio Tarquínio de Sousa (Rio de Janeiro, 1893) fez ainda menção a Ernest Renan e a Anatole France, lembrando que a maior parte dos jovens de sua geração “encarava com certo desdém os autores brasileiros”. Waldemar Martins Ferreira (São Paulo, 1885), no entanto, confessou ter lido diversos escritores nacionais rotulados como românticos e naturalistas, como por exemplo, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Raul Pompéia, Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro.

Grande admiradora da cultura francesa foi Dona Virgínia Cavalcante (Pernambuco, 1879). Além de revistas e figurinos ela conheceu as obras de M^{me} de Stael, Bossuet e M^{me} de Sevigné. Não gozou dos mesmos privilégios Dona Isabel Henriqueta de Sousa e Oliveira (Bahia, 1853) que declarou ter lido Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Castro Alves e Olavo Bilac e ainda alguns romancistas como Macedo e Alencar. Após o casamento, para não contrariar o marido, abandonou a leitura. Retomou este hábito com a viuvez. A poesia sempre encantou os jovens. José Alves de Figueiredo (Ceará, 1879) ao conhecer a literatura desejou ser poeta e aprendeu a declamar de cor as “Primaveras” de Casimiro de Abreu e as “Espumas Flutuantes” de Castro Alves. Durante a infância Dona Ângela Correia de Melo (Rio Grande do Sul, 1875) decorou os “Lusíadas” na mocidade leu, além dos poetas brasileiros, Victor Hugo e D’Annunzio; no restante de sua vida fez inúmeras leituras, todas escolhidas sem nenhum critério.

Nem todos os depoentes possuíam condições econômicas que permitissem a aquisição de livros. Manuel Pereira Dinis (Paraíba, 1887)

consultou, em bibliotecas públicas, várias obras que influenciaram a sua formação. Outro procedimento comum era recorrer ao empréstimo pessoal. De acordo com Dona Antonia Lins Vieira de Melo (São Paulo, 1879) os romances “viviam em permanente viagem entre os engenhos...”, principalmente os de José de Alencar.

Levando-se em conta o conjunto dos depoimentos recolhidos por Gilberto Freyre, observamos que o interesse pelos poetas e romancistas vinculados ao romantismo abrangeu leitores de ambos os sexos e permaneceu até fins do século XIX. José Veríssimo, em suas reflexões sobre a vida literária no Brasil, escritas na década de 80, reconheceu e justificou esta situação admitindo o fato de que os românticos foram “mais brasileiros e mais originais” do que os escritores que ao seu lado militavam na literatura. Na verdade, certos autores românticos jamais foram esquecidos. Álvares de Azevedo, falecido em 1852, é um deles. Sempre teve leitores. Nem todos, porém, o admiraram. É o caso de João Rodrigues Coriolano de Medeiros (Paraíba, 1875) para quem *Uma Noite na Taverna* “estragou uma geração de estudantes paraibanos”. Qual o fundamento desta afirmação? Fica aqui uma pergunta sem resposta. Resta-nos enveredar pelo campo das hipóteses e, particularmente, revelar a obra do incompreendido literato com o seguinte texto extraído de uma carta endereçada a um amigo e que se constitui num verdadeiro auto-retrato: “Luís, é uma sina minha que eu amasse muito e que ninguém me amasse. — Eis uma ironia que aí me vem no meu acabrunhar sombrio, nesse meu não ‘crer’ do que os outros ‘creiam’. Chamam-me frio, julgam que o egoísmo e o orgulho m’o gelara inteiro... o nectar, que se chama a alma, daquela amfora maldita que se chama vida”.

Ao tempo de Álvares de Azevedo o comércio de livros não era, para os brasileiros, um empreendimento lucrativo. A família do jovem autor romântico, como revelam suas cartas, encomendava os seus livros acadêmicos, bem como as demais obras de seu interesse, na Europa. O pastor norte-americano Daniel P. Kidder em suas *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil (Províncias do Sul)* registrou como, ao fim da década de 1830, a elite cultural contornava o problema da compra e venda de livros: “Quase todos os navios procedentes do Havre trazem grandes quantidades de livros vendidos em leilão, sendo bastante frequentes tais vendas. Os europeus que regressam às suas pátrias ou os brasileiros que vão para o estrangeiro, em geral dispõem de suas bibliotecas ao correr do martelo”.

Os franceses dominaram, durante quase todo o século XIX, o comércio livreiro nas principais províncias brasileiras. No Rio de Janeiro, por exemplo, concentraram-se na rua do Ouvidor. Frequentar as mais sortidas livrarias do país foi um hábito peculiar aos nossos chamados “homens de letras”. Nelas se observavam, sobretudo, as “novidades”. Joaquim

Nabuco em **Minha Formação** referiu-se às visitas feitas à livraria Lailhaoar, no Recife, e à feliz compra, em 1869, da obra **A Constituição Inglesa** de Bagehot, obra esta que marcou profundamente o seu pensamento político. O destacado abolicionista “lia de tudo igualmente”. Ernest Renan, que conheceu pessoalmente em Paris, no ano de 1873, fascinou-o durante muito tempo. Somente no fim da vida Nabuco seguiu o conselho que lhe deu este controvertido intelectual francês: entregar-se aos “estudos históricos”. Veio, então, o arrependimento e o lamento: “Não me aproveitei do conselho de Renan senão tarde demais na vida, quando comecei a preparar a biografia de meu pai, que é uma perspectiva da época toda de Dom Pedro II. O aviso, porém, aí fica para os que quiserem desenvolver e aperfeiçoar o talento literário que possuem, em vez de dispersá-lo e nada apurar dele”.

O maior incentivador dos “estudos históricos”, durante o século XIX, foi, sem dúvida, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fundado, em 1838, no Rio de Janeiro, sob a inspiração do Instituto Histórico de França. O literato Joaquim Manoel de Macedo que exercia, no ano de 1854, a função de Primeiro Secretário, qualificou esta instituição como uma “associação” voltada para o “cultivo da história pátria”, ou melhor, “um foco literário, para onde convergissem, e onde se concentrassem, e se coordenassem todos os trabalhos e todas as pesquisas e averiguações históricas”. As atividades do Instituto encontram-se registradas nas atas das sessões realizadas regularmente e que se acham publicadas nos diversos volumes da **Revista Trimensal**. Curioso lembrar o fato de que somente não se promoviam sessões quando ocorriam acontecimentos tidos como nefastos, tais como uma “doença” do Imperador D. Pedro II, o grande protetor da “associação”. Entendia-se que o Instituto “não podia prosseguir em seus trabalhos, enquanto durassem os sofrimentos daquele que lhe dá calor e vida, animação e honras, inspiração e glória”.

A **Revista Trimensal**, como demonstra o índice das matérias contidas em cada tomo anual, encerrava, além do que Macedo denominou “memórias preciosas e documentos raros ou curiosos”, a vida administrativa e cultural do Instituto, isto é, as já mencionadas atas, os pareceres das diversas Comissões e, ainda, as relações de compras e doações que incluíam manuscritos, mapas, relatórios dos presidentes de províncias e das Secretarias de Estado e “obras diversas”. Os doadores eram, em sua maioria, sócios. Uma das contribuições do Imperador foi significativa: “a rica e escolhida livraria” que pertenceu ao célebre Karl Friedrich von Martius, o botânico alemão interessado nos assuntos brasileiros e que, em 1843, ofereceu ao Instituto a importante dissertação **Como se deve escrever a história do Brasil**.

Para o jornalista francês Emile Adet, que viveu muito tempo no Brasil e chegou a se associar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, era possível vislumbrar, em meados do século XIX, principalmente

na cidade do Rio de Janeiro, uma espécie de “renascimento cultural”. Em artigo publicado na *Revue de Deux Mondes* sob o título *L'Empire du Brésil et la société brésilienne en 1850* afirmou que a história literária do país já contava “quelques pages qui mériteraient d'être recueillies” apesar do tributo que pagavam à França e à Inglaterra. Adet lamentou que a literatura não fosse aqui considerada uma carreira, uma profissão: “la littérature n'est guère dans ce pays qu'une pépinière de diplomates, d'hommes d'état et de fonctionnaires publics.” Alguns anos depois era mesma a opinião de José Veríssimo: ... “em a nossa sociedade o homem de letras ainda não tem um lugar marcado”.

Adet acreditava no Brasil. Para reforçar sua crença no “renascimento cultural” escreveu sobre os estabelecimentos científicos e literários sediados no Rio de Janeiro. Além do Jardim Botânico e do Museu de “curiosidades naturais” podia se contar com três bibliotecas: a do convento dos beneditinos, rica em “textos antigos” e em obras de teologia, a do Imperador constituída por “edições modernas” e a Biblioteca Nacional ao tempo contendo mais de 70.000 volumes. O Museu e esta última biblioteca maravilhavam os estrangeiros. O alemão Carl von Koseritz, que não apreciava a capital do Império, admitiu que os dois estabelecimentos quase o obrigaram “a fazer as pazes com o Rio” e que dentro deles passaria “bem” o resto de sua vida. Neste depoimento, datado de agosto de 1883, são inúmeros os elogios ao acervo da Biblioteca: 150.000 volumes, alguns deles de extrema raridade. Como leitor e jornalista ele bem observou que os livros ocupavam quase todas as dependências do prédio e que a sala de leitura era “longa, estreita e um pouco escura”. Enfim, a “casa” era, apesar dos quatro andares, muito pequena.

Dois anos antes a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro havia aberto suas portas ao público por ocasião da Exposição de História do Brasil (dezembro de 1881). José Honório Rodrigues, no prefácio que assinou, em julho de 1981, na reedição do *Catálogo* da referida Exposição, resumiu, com perfeição, como se desenvolveu o evento, para o qual contribuíram, através de empréstimos de documentos e livros, o próprio Imperador, instituições públicas e privadas e colecionadores particulares.

Para conhecimento do que podia ser integrado, ao tempo, numa Exposição de História do Brasil basta examinar a “chave da classificação” adotada no *Catálogo* e abaixo sintetizada:

SEÇÃO LITERÁRIA

I

PRELIMINARES

- | | |
|--------|-------------------------------|
| CLASSE | I – Geografia do Brasil. |
| CLASSE | II – Estatística. |
| CLASSE | III – Publicações periódicas. |

II

HISTÓRIA DO BRASIL

- CLASSE IV – História Civil.
- CLASSE V – História Administrativa.
- CLASSE VI – História Eclesiástica.
- CLASSE VII – História Constitucional.
- CLASSE VIII – História Diplomática.
- CLASSE IX – História Militar.
- CLASSE X – História Natural.
- CLASSE XI – História Literária e das Artes.
- CLASSE XII – História Econômica.
- CLASSE XIII – Biografia.
- CLASSE XIV – Numismática.

SEÇÃO ARTÍSTICA

- CLASSE XV – Viagens. Paisagens. Marinhas.
- CLASSE XVI – História.
- CLASSE XVII – Tipos. Usos. Trajes.
- CLASSE XVIII – Genealogia. Heráldica.
- CLASSE XIX – Retratos, Estátuas. Bustos.
- CLASSE XX – História Natural.

A maior parte destas “classes” apresentam sub-divisões assinaladas com parágrafos numerados e letras em ordem alfabética. Um exemplo típico é a CLASSE XI – História Literária e das Artes:

§ 1º – Instrução Pública

- A – Instrução pública em geral.
- B – Ensino Superior.
- C – Ensino Secundário e Primário.
- D – Ensino profissional.

§ 2º – Associações Científicas

§ 3º – Associações Literárias

§ 4º – Bibliografia

- A – Bibliografia Brasileira
- B – Bibliotecas e imprensa

§ 5º – Crítica

§ 6º – História das Artes

Imprescindível seria problematizar a “chave da classificação” e a partir daí desnudar este **Catálogo** que, na opinião de José Honório Rodrigues é “a mais vasta, a mais completa, a mais exaustiva bibliografia da história e da geografia do Brasil até 1881”. Tal projeto, reconhecemos,

reveste-se de uma certa audácia, na medida em que exige propícias condições de pesquisa. Dois preciosos auxiliares para os eventuais consulentes são o “Índice Onomástico de Autores” e as observações feitas pelos organizadores abaixo das transcrições de alguns documentos e obras. **A História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I em 1831**, escrita por John Armitage e editada no ano de 1836, em Londres, mereceu, por exemplo, o seguinte parecer: “Excelente obra para a história do primeiro reinado” (CLASSE IV – História Civil, § 1 – História Gerais, nº 5369).

A abundante historiografia política brasileira, com suas diferentes tendências doutrinárias que tanto a enriquecem, está diluída na complexa “chave da classificação” do **Catálogo da Exposição de História do Brasil**. Mesmo assim é possível encontrar, por vezes enfrentando dificuldades, livros que marcaram o pensamento e a conduta de proeminentes homens públicos da época. Dentre os rotulados como “ideólogos conservadores” salientamos José Antonio Pimenta Bueno e Braz Florentino Henriques de Sousa, autores, respectivamente, de **Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império** (Rio de Janeiro, J. Villeneuve, 1857) e **O Poder Moderador. Ensaio de Direito Constitucional contendo a análise do tit. V. cap. I da Constituição política do Brasil** (Recife, Tip. Universal, 1864). Vários estudos do Visconde de Uruguai constam do **Catálogo**, com exceção, ao que tudo indica, de seu **Ensaio sobre o Direito Administrativo** (Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1862). Tavares Bastos encarregou-se de contestar uma de suas mais conhecidas obras, qual seja, **Estudos Práticos sobre a administração das Províncias no Brasil** (Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1865. 2 vols).

Os princípios federalistas e “liberais” do Tavares Bastos, autor de **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro. Julho 1861** (Rio de Janeiro, Tip. de Quirino & Irmão, 1865) e **Cartas do Solitário. Estudos sobre a reforma administrativa, ensino religioso, africanos livres, tráfico de escravos, liberdade da cabotagem, abertura do Amazonas, comunicações com os Estados Unidos, etc.** (2ª ed., Tip. da Atualidade, 1863) ganham unidade e coerência em **A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil** (Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1870), livro este vedado aos “indulgentes”, “moderados” e “conciliadores”. A insatisfação dos “liberais”, já se manifestara, ao fim da década de 1840, com o jornalista partidário, formado em medicina e direito, Francisco de Sales Torres Homem e o panfleto de características anti-monárquicas **O Libelo do Povo** (Rio de Janeiro, Tip. do Correio Mercantil, 1849). Nos anos 50, como resultado de seu intenso trabalho na imprensa da época, editou um novo folheto com o título **Pensamentos acerca da Conciliação dos Partidos. Coleção de artigos publicados no Correio Mercantil de fevereiro de 1853 em diante** (Rio de Janeiro, Tip. do Correio Mercantil de Rodrigues & Cia, 1853). Aqui se

revela um Torres Homem ponderado e conciliador, o homem cujo antigo comportamento tanto desagradou o literato e artista Manuel de Araújo Porto-Alegre, que desejava vê-lo “melhor empregado”. Ambos haviam organizado em Paris, no ano de 1836, juntamente com Domingos José Gonçalves de Magalhães e J. M. Pereira da Silva, a **Niterói — Revista Brasiliense**. Nesta, Timandro, pseudônimo utilizado pelo jornalista por ocasião da publicação de **O Libelo do Povo**, colaborou com três artigos e uma resenha. Um destes artigos não pode deixar de ser mencionado. Referimo-nos às “Considerações Econômicas sobre a escravatura”, onde Torres Homem discorre sobre as malélicas conseqüências desta instituição tendo em vista a “riqueza” e a “prosperidade” do Brasil.

O elemento servil e o indígena estão inseridos na CLASSE XII do Catálogo. Ocupam, respectivamente os parágrafos 9º e parte do 6º Enquanto o primeiro conta com 97 documentos, artigos e obras, o segundo surpreende o leitor em razão dos seus 21 títulos. Uma explicação se torna necessária: é a partir de 1880, precisamente no momento em que se realiza a Exposição de História do Brasil, que toma maior vulto a campanha abolicionista. No que diz respeito à temática “elemento servil” o **Catálogo** se mostra sucinto, porém, atualizado, passando de Perdígão Malheiros a Joaquim Nabuco e despertando no consulente o desejo de entrar em contacto com autores praticamente desconhecidos. A significativa atuação do primeiro é comprovada através de duas citações: a do discurso “Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo. Natureza da mesma Abolição da escravidão; em que termos” proferido no dia 7 de setembro de 1863, quando exercia a presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros, e a de sua clássica obra **A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico-jurídico-social** (Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1866-67. 2 vols.). Por outro lado, os títulos que fazem menção a Nabuco salientam suas atividades, no ano de 1880, à frente da Sociedade Brasileira Contra A Escravidão. A atualização fica evidente quando se toma conhecimento de que já pertencia ao acervo da Biblioteca Nacional o estudo de Louis Couty **L’Esclavage au Brésil** (Paris, Guillaumin & Cia., 1881), texto de leitura obrigatória aos que se dedicam a investigações sobre o escravismo. Após 1881, o mérito da luta pela abolição da escravatura, divide-se entre autores quase desconhecidos e publicistas de renome como, por exemplo, o próprio Joaquim Nabuco e André Rebouças. Ao enfeixar 21 títulos num ítem de um parágrafo e ao dar-lhes a denominação “Civilização dos Índios” os organizadores do **Catálogo** permitiram ao consulente detectar o fato de que não se interessavam, realmente, naquele instante, pelos silvícolas. Ainda mais. Mostram-se favoráveis à aculturação na medida em que acolhem, utilizando a expressão “civilização”, as propostas defendidas, por mais de um século, pela elite cultural brasileira. Na verde, o índio está presente na maior parte das “CLASSES” que integram o **Catálogo**. Infelizmente foi privado do destaque. Esta é a realidade. No nosso ponto de

vista não é suficiente verificá-la. Devemos questioná-la tendo como referencial o contexto político e cultural do final do século XIX. Não nos satisfaz o parágrafo 2º da CLASSE X denominado “Etnografia e Linguística”. Deploramos, mais uma vez, a dita “chave da classificação”.

A Exposição de História do Brasil, apesar de contar com o apoio do Imperador, foi um instrumento da propaganda republicana ainda acanhada no Rio de Janeiro. Nela foram expostos livros escritos por líderes políticos de expressão regional, e mesmo nacional, como Américo Brasiliense de Almeida Melo autor de **Os Programas dos Partidos e o Segundo Império** (São Paulo, Tip. de Jorge Seckler, 1878). Não houve censura. Os organizadores Alfredo do Vale Cabral, João Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Menezes Brum, que trabalharam sob a coordenação de Ramiz Galvão, independentemente de suas convicções políticas particulares, agiram no sentido de fornecer aos visitantes uma visão ampla e, na medida do possível, total de tudo o que compreendiam estar inserido na história pátria. Para eles a Exposição tinha um duplo sentido: a “ressureição do passado” e a “previsão do futuro”.

Ao lado do Américo Brasiliense batalharam pelo advento da República, nas diversas províncias do Império, homens partidários de idéias moderadas e exaltadas. Dentre estes últimos lembramos Silva Jardim que era pela revolução e não pela evolução, o que contrariava grande número de adeptos do Manifesto de 1870. Não podemos, pois, omitir a reunião dos opúsculos, manifestos e artigos de jornal deste notável propagandista republicano radical promovida, em junho de 1978, pela Fundação Casa Rui Barbosa. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, que prefaciou magistralmente este volume, “a história das idéias desta fase não estaria completa, sem o conhecimento de todos os pronunciamentos de Silva Jardim, que foi, sem dúvida, a voz mais intrépida e o pensamento mais arrojado, com uma tendência radical, que o situa entre os que quiseram fazer da República, menos um golpe para a conquista do poder, do que uma Revolução, empenhada na solução de problemas, que viesse alterar nossas estruturas políticas, sociais e econômicas”. A leitura desta coletânea não exclue o contacto com o livro de Silva Jardim **Memórias e Viagens — Campanha de um Propagandista — 1887-1890** (Lisboa, Tip. da Cia. Nacional Ed., 1891). Semelhante atenção merecem as obras de Alberto Sales e de Pereira Barreto.

Estes dois intelectuais são comumente qualificados como legítimos representantes do denominado “positivismo ilustrado”, a vertente positivista que, como bem sintetizou Antonio Paim na introdução de **Plataforma Política do Positivismo Ilustrado** (Brasília, Edit. da Universidade de Brasília, 1981), “acabaria atribuindo à política uma posição subalterna e privilegiando a mudança dos costumes e da mentalidade, como condição prévia à reforma social”. Alberto Sales, um “republicano extremado”,

adepto de Comte e Spencer, iniciou suas atividades de militância ideológica na imprensa e publicou o seu primeiro livro **Política Republicana** (Rio de Janeiro, Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1882) sob o patrocínio do Partido Republicano Paulista. Foi, também, o responsável pelo texto do famoso **Catecismo Republicano** (São Paulo, Leroy King Boodwalter, 1885). Escrevia por “civismo”: “O homem que sabe servir-se da pena, que pode publicar o que escreve, e que não diz a seus compatriotas o que entende ser a verdade, deixa de cumprir um dever, comete o crime de covardia, é mau cidadão”. Colaborou em jornais praticamente até o fim de sua vida. Clamou contra o “mandarinato político” instalado com a República (1901), mostrando-se, porém, sempre crente na “regeneração moral e política” do país através de uma reforma constitucional. Pereira Barreto era igualmente membro do Partido Republicano e seguidor da filosofia de Comte que, em certos aspectos, contestou à luz de conhecimentos oriundos de novas doutrinas. Na imprensa sustentou diversas polêmicas, ainda durante o século XIX, com José Bonifácio (1878) e o pastor Nash Morton (1880). Esta última deu origem ao livro **Positivismo e Teologia** lançado, em São Paulo, no mesmo ano em que apareceu **Soluções Positivas da Política Brasileira** (São Paulo, Livraria Popular de Abílio Marques, 1880). Foi curta e apagada sua carreira política, apesar de ter sido eleito, em 1891, presidente da Assembléia Constituinte e, mais tarde, presidente do Senado Estadual. O opúsculo **O Século XX sob o ponto de vista brasileiro** (São Paulo, Tip. do Estado de São Paulo, 1901) espalha, acima de tudo, sua credibilidade na educação: “Precisamos educar, precisamos revolucionar a nossa massa popular”. Por mais duas décadas o jornal **O Estado de São Paulo** acolheu seus artigos e polêmicas. Morreu com 83 anos de idade lastimando a ignorância da “massa da população”.

Até mesmo os privilegiados depoentes que auxiliaram Gilberto Freyre na confecção do estudo **Ordem e Progresso** não apresentaram conceitos muito favoráveis sobre a instrução recebida em escolas públicas e particulares no período que se estende do ensino de primeiras letras ao acadêmico. Otávio Tarquínio de Sousa (Rio de Janeiro, 1893) confessou que apesar de ter sido um “bom estudante” durante sua passagem pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, que funcionava no Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, não recebeu “estímulos” e por esta razão estudou o essencial para passar nos exames. Começou a “ler muito” graças aos conselhos dados pelo mestre Silvio Romero. O recebimento de um volume-prêmio pelo bom aproveitamento escolar foi enfatizado, em depoimento oral, por Alfredo Alves da Silva Freyre (Junior), que muito se impressionou com **O Paraíso Perdido**, de Milton, em tradução portuguesa. Eram poucos os jovens familiarizados com outro idioma além do francês. Luís Pinto de Carvalho (Bahia, 1877), por exemplo, dominava, também, o inglês e o alemão; seu pai era quem escolhia suas leituras “fora da escola”. Com uma “biblioteca paterna rica e escolhida” contou, igualmente,

Eduardo Jacobina (Rio de Janeiro, 1879) que, por sua vez, conhecia duas línguas estrangeiras.

Higino (Cícero) da Cunha (Maranhão, 1858) parece não ter nascido, tais como os dois últimos depoentes acima citados, em berço rico, pois antes de estudar “preparatórios” no Liceu de São Luís do Maranhão foi “caixeiro de balcão” no interior da Província. Completou os seus estudos na Academia de Direito do Recife onde integrou o que denominou a “falange dos adeptos de Tobias Barreto”. Nesta mesma oportunidade travou “relações com alguns filósofos como Augusto Comte, E. Littré e outros”. Fez leituras que repudiavam o ecletismo espiritualista de Cousin e aderiam, com variadas restrições, ao positivismo. É indiscutível o papel exercido por Tobias Barreto e Silvio Romero na propagação da filosofia e da literatura germânicas. Não pretendemos compará-los no que tange às suas idéias filosóficas. Limitamo-nos aqui a ressaltar a ação renovadora e duradoura do mestre Romero, autor de destacados estudos centrados na crítica literária. Abandonando o campo das abstrações ele penetrou, consciente, na “vida prática”, nos grandes problemas que assolavam o país.

Vários depoentes participaram de reuniões de sociedades literárias. João Barreto de Meneses (Pernambuco, 1872) não apreciava romances nem crônicas, mas amava a poesia. Esmerou-se na arte da declamação e do seu repertório constavam versos de Claudio Manoel da Costa, Gonçalves Dias, Laurindo Rabelo e Francisco Moniz Barreto. Frequentou, no Recife, a “União e Letras” e a chamada “Gonçalves Dias”. Nestas sociedades, por vezes, os estudantes podiam contar com a presença de escritores, como nos revela Joaquim Amaral Jansen de Faria (Rio de Janeiro, 1882) que participou de reuniões realizadas no “Clube Acadêmico”, onde se congregavam estudantes de Direito, Medicina e Engenharia. Neste Clube era ativa a participação dos jovens através do desenvolvimento de temas que os obrigavam a estudar e a ensaiar a “arte da palavra”. Estas atividades não eram totalmente vedadas às mulheres. Jurandir Freire Costa em seu magnífico livro **Ordem Médica e Norma Familiar** (Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979) detectou o momento em que a mulher do século XIX começou a lutar pela sua autonomia social: “A urbanização”, diz ele, “insuflou este movimento promovendo a mulher em vários sentidos. Concedeu-lhe, por exemplo, a maioridade enquanto consumidora de artigos industrializados. Habitou-a ao gosto mais refinado do comércio e da moda européia. Em seguida, levou-a do requinte do corpo ao requinte do espírito. A mulher instruiu-se e cultivou-se. Passou a ler mais. Sobretudo novelas e romances, onde encontrava freqüentemente opiniões favoráveis à emancipação feminina”. O depoimento de Dona Henriqueta Galeno (Ceará, 1890), recolhido por Gilberto Freyre, bem ilustra esta tese. O pai, o poeta Juvenal Galeno, não a impediu de cursar a Faculdade de Direito do Ceará. Leu muito, principalmente a literatura francesa, sem deixar de lado João

Ribeiro, Silvio Romero, Afrânio Peixoto, Taunay e Euclides da Cunha. Suas "recreações" prediletas eram, além dos concertos musicais e do teatro, as sessões literárias.

Um dos salões mais famosos do fim do século XIX foi o de Dona Veridiana Prado que, após a separação do marido (1877), optou por um estilo de vida muito diferente da maioria das mulheres que pertenciam à elite dominante. Em sua residência paulista ela introduziu, conforme bem colocou Wanderley Pinho em **Salões e Damas do Segundo Reinado** (3ª ed., São Paulo, Martins, 1959), o costume francês de receber para "soirées" amigos e intelectuais. O escritor português Ramalho Ortigão, companheiro quase inseparável de seu filho Eduardo Prado, conheceu a casa e sua proprietária por ocasião de sua visita ao Brasil na década de 80. Não lhes poupou elogios. A mesma atitude teve Eça de Queiroz que a encontrou visitando o filho, em Paris, no ano de 1897: "A D. Veridiana é ainda mais esperta, e agradável e pitoresca, e fina do que nós imaginávamos e foi pena não a cultivar na intimidade".

Eduardo Prado viveu, sempre, cercado de amigos e de livros. Em Paris, no seu apartamento da Rua Rivoli, ponto de encontro de importantes intelectuais luso-brasileiros da época, ou na Fazenda do Brejão, no interior do Estado de São Paulo, sua preciosa coleção de manuscritos e de obras chamou a atenção de todos os seus visitantes. Ao que tudo indica, a maior parte desta coleção foi constituída no decorrer de suas viagens ao redor do mundo, acondicionada na França e daí transportada, gradualmente, para o Brasil. A imensa biblioteca particular de Eduardo Prado foi posta à venda, na cidade de São Paulo, em 1916, quinze anos após a sua precoce morte provocada pela febre amarela. O seu destino é ignorado. Sabemos, apenas, que alguns volumes seguiram para a Argentina, onde foram destruídos num incêndio, e que outros ficaram em mãos de diversos compradores, entre eles o governo paulista. Outra importante biblioteca enriquecida, na Europa, a partir das últimas décadas do século XIX, foi a do diplomata-historiador Manuel de Oliveira Lima, que escolheu para morar, no fim de sua vida, os Estados Unidos da América do Norte. Lá reuniu sua volumosa livraria (40.000 volumes) doada, em testamento, à Universidade Católica de Washington. O já mencionado depoente Jansen de Faria conheceu dois preciosos acervos que, na passagem do século, permaneciam no Brasil: a "luxuosa biblioteca" de Rui Barbosa e a "esplêndia biblioteca" do Conselheiro Cândido de Oliveira, as quais o deixaram extasiado.

"O leitor quer aprender, mesmo em um romance, em uma obra de teatro ou em um livro de versos, ou pelo menos busca neles impressões ou sensações, em um livro brasileiro e a não encontrou, por ele condena todos, e como na maioria não as encontrará, eis aí aplicado o seu desapego aos livros da literatura pátria. Estamos diante de mais um dos significantivos desabafos assinados por José Veríssimo. Este desabafo correspondia a

uma situação de fato, a uma anomalia explorada pelas principais editoras do país, como a Garnier Frères que, de acordo com as pesquisas realizadas por Laurence Hallowell publicadas em **O Livro no Brasil** (São Paulo, T. A. Queiroz, Editor / Editora da Universidade de São Paulo, 1985), aqui funcionou de 1844 a 1934. O exame cuidadoso do **Catálogo** que a **Livraria de H. Garnier** distribuiu no início do século XX, precisamente, antes do ano de 1904, efetuado após a leitura e utilização dos preciosos depoimentos encerrados em **Ordem e Progresso**, leva-nos a refutar uma das teses defendidas pelo pesquisador inglês, qual seja, a do “conservadorismo” da política editorial da Livraria. A Garnier, na época em estudo, editava o que era realmente consumido pelo público leitor brasileiro. Ela resguardava os seus interesses agindo nos moldes de uma empresa comercial capitalista sediada em Paris mas perfeitamente consciente da realidade brasileira. Disponha de um bom número de obras de “utilidade prática” como **O Conselheiro da Família Brasileira – enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática** escrita pelo Dr. Felipe Nery Collaço e o **Manual do Capitalista** de autoria de Bonnet. Aprendendo a manipular este livro, explicava o **Catálogo**, o negociante, o banqueiro, o guarda-livros e o “empregado de fazenda” ficava habilitado a praticar diversas tarefas contábeis “enquanto o diabo esfrega um olho”. Oferecia, ainda, entre outros, livros de culinária, de jardinagem e de orientação agrícola. O Dr. P. Garnier escrevia livros sobre o que denominava “higiene da geração” e que abordava temas como o matrimônio, a impotência “física e moral” e o celibato. Vendia-os a preços não muito baratos. A Livraria mantinha, ainda, a “Biblioteca Popular” repleta de volumes curiosos e acessíveis. Atingia, portanto, setores da sociedade necessariamente não “ilustrados”. Não eram os autores românticos e nem mesmo escritores como Machado de Assis que carregavam a Garnier e sim estes livros aparentemente marginalizados pela elite cultural. Quem depois de ler **Esaú e Jacó** de Machado de Assis não folhearia os livros sobre ocultismo que ganhavam destaque no **Catálogo** sob o título de “Obras Diversas de Instrução e Espiritismo”?

Em livros históricos ela pouco investiu. Era de conhecimento de todos que a **História Geral do Brasil** de Varnhagen, publicada pela Laemmert em edições de 1854-57 e 1887, levou vinte anos para se esgotar. Mesmo assim, na década de 60, promoveu a tradução da **História do Brasil** de Robert Southey e a publicação da **História da Fundação do Império Brasileiro** escrita por J. M. Pereira da Silva. Exemplificar com Joaquim Nabuco a dita postura “conservadora” da Livraria de H. Garnier é um procedimento inaceitável. Significa, em síntese, desconhecer a história e a historiografia brasileiras. Hallowell caiu neste e em outros erros também porque em sua ampla abordagem não deu a devida importância ao leitor. Nabuco era um homem público conhecido e a biografia do seu pai, bem como a sua autobiografia, despertavam curiosidade até naqueles que se

limitavam a ler jornais. Pouco importava a Garnier que o líder abolicionista, por volta de 1900, era considerado um “conservador”. Os seus livros tinham consumidores. Não descansavam, por anos, em poeirentas prateleiras atestando um empate de capital inadequado.

Recorremos a alguns livros para escrever este texto que, acompanhado de outros, constituirá um livro. No intuito de permanecermos fiéis aos princípios explícitos em nossa introdução, fomos buscar o leitor do século XIX. De posse de ambos — livros e leitores — atravessamos, conscientes, todas as etapas que configuram um trabalho histórico. Quando criticamos fomos, deliberadamente, tímidos. As polémicas não atraem o leitor. Elas o enfastiam. Já era assim no século XIX. Queremos hoje, quando quase toda casa tem uma estante de livros, leitores leigos e eruditos. Desejamos, também, que estes leitores se manifestem após cada leitura. Há inúmeras maneiras de revelar o nosso contentamento ou descontentamento: uma delas é escrevendo um livro.